

Alex Branco Fraga*

↳ Espectros de *Antinoüs*: educação do físico e governo dos corpos no Brasil

É no limiar do século XXI que a farta exposição de corpos atinge seu ápice. Por todo lugar, o corpo está sendo exposto. Da pele às vísceras, vestido ou nu, parado ou em movimento, nada escapa à visibilidade. Cada vez mais, é preciso mostrar-se reiteradamente, pois, de qualquer jeito, de qualquer ângulo, o corpo é o que importa. Essa presença maciça não pode ser simplesmente reduzida a um efeito da moda, mesmo porque não é algo passageiro, mas pode, isto sim, estar relacionada à insistência com que o corpo humano vem sendo repensado, reconsiderado e reconfigurado pelas diversas áreas do conhecimento.

Em um tempo de velocidades radicalmente alteradas, o uso e o acesso ao corpo humano ganham novas dimensões e desestabilizam convicções de toda ordem. Basta lembrarmos algumas recentes conquistas científicas: engenharia genética, robótica, substâncias químicas. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que vêm atualizando instrumentos de intervenção no corpo, essas inovações tecnológicas vêm também revigorando antigos postulados científicos.

Convém destacar que a força interpelativa dessas “velhas” certezas não se impõe pela simples conservação de um discurso tradicional que resiste ao tempo. Pelo contrário, essa tradição se faz presente justamente porque é reinventada, afirmada e cultivada em cada alteridade, isto é, em cada deslocamento significativo estará invariavelmente presente, como um de seus componentes, num movimento de conservação.

1. Da limpeza orgânica

Cada época investe diferentemente sobre os corpos, construindo normas e condutas, ligadas ao imaginário social¹ que as tornaram possíveis. Michel de Certeau (1996) argumenta que, entre os séculos XV e XVIII, houve uma longa história de conflitos para que o corpo viesse a ser isolado e tomado como lugar do acontecimento discursivo. Nessa pas-

* Alex Branco Fraga nasceu e vive em Porto Alegre, Brasil. É licenciado em Educação Física, Mestre e Doutorando em Educação pela UFRGS e professor da Escola de Educação Física na mesma instituição. Suas áreas de interesse são corpo, gênero e educação física. É autor do livro *Corpo, identidade e bom-mocismo* (2000) e do artigo “Anatomias emergentes e o ‘bug’ muscular” (2001). Endereço eletrônico: alexbf@esef.ufrgs.br.

¹ Utilizo aqui a noção de imaginário social a partir das formulações de Georges Vigarello (1995).

sagem, a noção de utilidade e eficiência passou a regular os processos biológicos da vida, dando forma ao corpo-máquina em oposição à lógica dos humores², que associava o funcionamento do corpo ao da natureza. Pôde-se, a partir de então, consertar, corrigir, substituir o que não funcionava, extrair o que havia de excesso, fazendo com que diferentes procedimentos funcionassem de forma complementar – arrancar/cortar, inserir/suturar – para manter os corpos submetidos a uma norma.³

No século XIX, a busca pela simetria corporal e pela eliminação de deformidades físicas passa a ser, em diferentes situações, uma obsessão de certos grupos, implementando, assim, uma acirrada disputa de poder pela imposição de significados. A valorização da verticalidade, do alinhamento e da magreza – esta última considerada marca da plebe na Idade Média⁴ – tornou possível o surgimento, em momentos distintos, dos aparelhos de correção postural e dos métodos ginásticos europeus⁵. É com base nesta tecnologia ortopédica emergente que um meticuloso processo de educação e controle do físico começa a se generalizar.

É preciso percorrer, entretanto, as sutilezas e o requinte de formas específicas de educação do físico e do governo dos corpos que tornaram possíveis essa generalização⁶, e ali analisar como os mecanismos de poder vão se tornando invisíveis, na medida mesma em que operam a normalização das condutas corporais.

Em suas obras *Da Educação Physica* (1920a) e *Antinoüs: estudo de cultura athletica* (1920b), Fernando de Azevedo vai procurar tecer uma doutrina filosófico-pedagógica para a educação física brasileira, condizente com o prestígio social dos métodos ginásticos europeus e com os pressupostos higienistas e eugenistas que os fundamentavam.

O Brasil do início do século XX vivia um processo de assimilação das intensas modificações sociais decorrentes da passagem do Império para a Primeira República, num período marcado por uma complexa transição entre o regime escravista e o trabalho assalariado. Emergia com força o processo de industrialização no centro do país, a população rural somava-se aos operários urbanos em busca do emprego prometido nas grandes cidades, ocasionando uma concentração urbana completamente desordenada.

Atribuía-se a proliferação de doenças infecciosas ao inchaço das cidades, originadas pela aglomeração populacional e agravadas pelas péssimas condições de habitação. Os índices de saúde eram alarmantes e doenças como febre tifóide e tuberculose causavam pânico pelo alto grau de mortalidade. Dentro deste quadro, os postulados da higiene foram considerados pela elite intelectual da época como fundamentais para uma necessária ordenação social.

A modernização urbana, alicerçada em princípios sanitários, previa o afastamento dos “sujos” e “perigosos” cortiços do centro das cidades e a implantação das “assépti-

² Denise Sant’Anna (2001) aborda a teoria dos humores em Hipócrates.

³ Desenvolvo detalhadamente essas relações no livro *Corpo, identidade e bom-mocismo: cotidiano de uma adolescência bem-comportada* (2000).

⁴ Conforme Vincent Gérard (1992).

⁵ A esse respeito consultar os trabalhos de Georges Vigarello (1995) e Carmen L. Soares (1998).

⁶ Denise Sant’Anna relata que talvez seja bem mais interessante e viável realizar uma história das pequenas ambições de governar e educar os corpos conforme interesses particulares do que pretender fazer “a” história do corpo, pois “cada vontade de manter o corpo sob controle, por exemplo, é constituída por fragilidades e potências, expressando especificidades e generalidades culturais” (Sant’Anna 2001: 4).

cas” e “organizadas” vilas operárias, possibilitando, assim, uma intervenção na vida íntima dos trabalhadores. Tornava-se necessário, devido aos contrastes étnicos, organizar intervenções que fossem ao mesmo tempo profundas e discretas, que não se restringissem apenas às questões de salubridade social, mas que intervissem nos corpos daquela geração, pensando nos corpos futuros.⁷

A constituição homogênea do povo brasileiro passava a ser o pilar fundamental de um projeto de humanidade que não conseguia mais ser sustentado apenas pelos pressupostos da higiene. O disciplinamento e a crença na transformação da sociedade, através da padronização do corpo brasileiro, tornaram-se cada vez mais “apurados” pela eugenia. Ao modelar os corpos físicos, o movimento eugenista pretendia remodelar o corpo social pelo revigoramento orgânico e pela instauração de uma “consciência” no cidadão.

Roquette Pinto, citado por Vera Regina B. Marques, expôs as justificativas dessa empreitada na abertura da sessão do I Congresso Brasileiro de Eugenia⁸: “durante muito tempo, supôs-se que o meio dominara os organismos, portanto a medicina e a higiene resolveriam o problema da saúde, mas a ciência demonstrou haver alguma coisa que independe da higiene: é a semente, a herança, que depende da eugenia” (1994: 63-4).

A eugenia tinha por propósito regular todas as esferas da vida, organizar de forma racional o progresso biológico com o qual atingiríamos o progresso social; controlar socialmente as qualidades raciais das gerações futuras. Tratava-se, para Fernando de Azevedo, do “estudo das medidas sociais, econômicas, sanitárias e educacionais que influenciam, física e mentalmente, o desenvolvimento das qualidades hereditárias dos indivíduos e, portanto, das gerações” (1960: 231).⁹

A possibilidade de influir na constituição física de homens e mulheres, aberta pelos estudos sobre a hereditariedade desenvolvidos por Galton com base no evolucionismo de Darwin e na teoria genética de Mendel, permitiu a instalação de distinções extremamente perversas, pois hierarquizavam as características biológicas em nome de uma pretendida harmonia social, determinando o surgimento de discriminações hereditárias.

A obsessão com o controle da natalidade dos(as) progenitores(as) “inferiores”, depositários(as) de “defeitos e taras inatas”, chegou ao extremo da proposição de normas jurídicas para o matrimônio, que autorizariam o casamento somente entre aqueles indivíduos eugenizados, capazes de congregarem no próprio corpo saúde, beleza e produtividade, diante de uma sociedade enferma.

⁷ A influência do movimento higienista na educação física brasileira, bem como suas dissonâncias e desconveniências internas, estão disseminadas em diferentes pesquisas: Ghiraldelli (1988); Goellner (1992); Marques (1994); Góis Júnior (2000); Soares (1998); Soares (2001).

⁸ Convém destacar que, diferentemente da tradição científica anglo-saxônica, o movimento eugenista brasileiro passou por um processo de resgate e incorporação de algumas idéias de Lamarck, que acabaram repercutindo no prestígio alcançado pela educação física entre intelectuais do início do século XX no Brasil (Marques 1994; Castañeda 1998; Soares 2001).

⁹ Em 1960, os textos *Da educação física, Antinoüs: estudo de cultura atlética* e *A evolução do esporte no Brasil* foram reunidos e editados em um mesmo volume. Fernando de Azevedo, já mais amadurecido e atento às críticas que se sucederam aos seus primeiros trabalhos, acrescentou notas explicativas sobre alguns termos que lhe pareciam mal entendidos. A referência acima sobre eugenia é um exemplo disso.

2. Sobre *Antinoüs*

No livro *Da Educação Physica* (1920a), é interessante analisar como as questões de saneamento dos espaços coletivos e a pregação do asseio pessoal vão sendo complementadas pela idéia de profilaxia orgânica, que previam a adoção de medidas de proteção contra a degenerescência, procurando interditar a reprodução dos(as) portadores(as) de enfermidades, algo que foi considerado um dos impeditivos da fixação do tipo étnico brasileiro.

Esta correlação torna-se mais explícita na segunda obra de Fernando Azevedo: *Antinoüs: estudo de cultura atlética* (1920b), publicada a partir de uma conferência por ele pronunciada em 1919, quando da fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo:

Não basta, pois, curar os doentes, é preciso melhorar os sãos; não basta que a higiene social saneie o povo, é mister o revigore da educação física por uma ação enérgica e sistemática, capaz de imprimir elastério à nacionalidade então ilibada da mácula endêmica, e de fazer jorrar harmonia de todos esses elementos étnicos concentrados por uma força comum numa raça única e pujante, em que a independência das idéias seja assegurada pelo vigor físico e amor assíduo da atividade útil e produtiva (Azevedo 1920b: 22).

Revigorar a educação física passava a ser uma das tantas pretensões da eugenia, pois tudo estava por fazer: não havia escolas para a adequada formação profissional e muito menos iniciativas contundentes no âmbito pedagógico. Era preciso “intelectualizar” a educação física, conceber para essa disciplina um estatuto científico e ao mesmo tempo moral, que estivesse articulado à medicina e às normas jurídicas em favor de uma nova ordenação dos corpos, estabelecendo uma consistente retórica corporal. Para tanto, Fernando Azevedo busca respaldo na cultura helênica a fim de elaborar o seu conceito de *atlética*: “Disciplina e arte há um tempo – baseia-se toda na biologia, nos princípios anatômico-fisiológicos para alcançar a saúde do corpo, que é a condição fundamental da do espírito, e tem a realizar também um fim estético [...] um método racional e graduado a realização do belo no corpo, à criação da beleza plástica” (Azevedo 1920a: 23).

Fernando de Azevedo buscava estabilizar seus postulados teóricos através da “ressurreição” de figuras gregas. Atribuía a formação destes indivíduos superiores à perfeita integração entre corpo e espírito. Belos não somente na plasticidade corporal, mas também na funcionalidade, estes “modelos de antropologia”, que para ele simbolizavam a perfeita educação intelectual, física e moral, foram-nos legados pela estatuária clássica.

*Antinoüs*¹⁰ era a sua estátua-título, a última criação ideal da arte antiga, modelo de corpo cuidadosamente selecionado para definir o tipo idealizado de corpo brasileiro.

¹⁰ Antinoüs (ou Antinoo) nasceu em Bitínia, região da Grécia, por volta de 110 d. C. Por ter sido guindado ao posto de favorito do imperador Adriano, desfrutava das benesses de viver como seu efebo e amante, em uma época em que a prática da pederastia já declinava devido à ascensão do cristianismo em Roma. Antinoüs era descrito por seu imperador como o tipo ideal de beleza masculina greco-romana: jovem, viril, gracioso e um tanto melancólico, descrição imperial referendada pelo povo e legada às gerações futuras pela estatuária. Em 130 d. C., em uma das viagens da corte do imperador pelo rio Nilo, Antinoüs morreu afogado. As causas da morte nunca foram reveladas, pois Adriano impôs (e se auto-impôs) o silêncio como luto, o que acabou contribuindo com a atmosfera de magia, tragédia e misticismo em torno da sua morte. Como forma de aplacar sua dor, Adriano buscou perpetuar a imagem de Antinoüs

Harmonia perfeita entre forma e elegância, expressa na delicadeza do rosto em contraste com a vigorosa compleição do corpo. Diferentemente do Hércules de Farnese, de corpo maciço e grotesco, formado pela hipertrofia, “a quem os músculos parecem ter tirado todas as forças e todo o vigor da inteligência” (Azevedo 1920b: 5), *Antinoüs* sintetizava a finalidade máxima da “verdadeira atlética”: formar tipos perfeitos, expressão do equilíbrio plástico-morfológico, através dos exercícios gímnicos e naturais. No entanto, ao glamour da cultura helênica era preciso agregar elementos pertinentes à crueza da vida moderna. O “novo brasileiro” deveria resultar da higienização ambiental e da controlada fusão das raças que o compõem, dentro de um processo de purificação que transformaria os corpos da pátria em testemunho do triunfo eugenista.

A proposta de *corpo-nação* exigia da educação física uma ação científica, inserida dentro de um plano nacional de educação, que desenvolveria ao máximo as virtudes da raça e as aptidões hereditárias de cada indivíduo. Nesta perspectiva, os exercícios físicos vão ser apresentados como um poderoso instrumento modelador das formas e agente de ordenação dos corpos promíscuos:

O exercício, este grande modificador higiênico e plástico – porque a função modifica o órgão em seu favor – desenvolve o organismo, modela a estrutura; e, a cada geração, o aperfeiçoamento aumenta-se do contingente, que lhe traz cada um dos produtores melhorados pela Educação Física, até se constituir por extensão progressiva de seus benefícios, uma raça forte, cujos caracteres se tenham firmado e cujas virtudes tenham sido desenvolvidas e apuradas pela ginástica ao ar livre, pela natação e pelos esportes náuticos e nos campos de jogos (Azevedo 1920a: 23).

O planejamento do trabalho, por sua vez, estaria voltado para a organização de exercícios que sistematicamente submetessem os músculos a uma carga necessária para atender aos novos pressupostos fisiológicos e formar uma “couraça bastante forte para abrigar e defender a saúde do indivíduo, mas não pesada demais para o estorvar” (Azevedo 1920b: 7).

Tornava-se necessário incorporar literalmente esta nova crença nas práticas cotidianas da população, enxergá-la no corpo de todos os brasileiros, constituir de forma duradoura uma “moral de enervamentos”, suporte de renúncias particulares em prol de uma promessa estético-sanitária que recaía sobre a imagem petrificada de *Antinoüs*.

3. Sobre os rastros de *Antinoüs*

Do ajuste de diferentes morfologias e motricidades, passamos à multiplicidade de corpos. O investimento, antes concentrado na redução das deformidades e na ampliação

edificando uma cidade no Egito, cunhando moedas, estabelecendo jogos e festas, tudo em homenagem a ele. Construiu templos, instituiu cultos e nomeou sacerdotes próprios, pôs o nome de Antinös em uma constelação de estrelas, entre outras ações. Por volta de 350 d. C., Atanásio reescreveu essa história sob a ótica cristã, destacando determinadas características e suprimindo outras, dando à história uma interpretação mais moralizante, algo que contribuiu para a constituição de uma estética mais “depurada” do mito. O culto à divindade de Antinoüs perdurou até o século V aproximadamente, período em que sucumbiu à força do cristianismo (Giuffré 2002; Villalba 2002).

da funcionalidade orgânica, torna-se disperso, dando visibilidade a múltiplas identidades culturais¹¹, que produzem suas respectivas marcas corporais. Aqui, a distinção não se encontra apenas na retidão da postura ou na musculatura bem delineada, mas na incorporação de estilos de vida que nos identificam aos grupos a que pertencemos.

Deborah Lupton (2000) afirma que a crescente ênfase em um estilo de vida cada vez mais ativo está intimamente relacionado à ampliação das responsabilidades do sujeito na administração de seu próprio bem-estar. Responsabilidades que estão implicadas nas prescrições, informações e orientações pormenorizadas relativas à promoção da saúde. Espera-se, assim, que o sujeito exerça uma espécie de “autovigilância sanitária” e um rígido controle sobre uma série de comportamentos classificados como de risco: fumo, álcool, obesidade, estresse, atividade sexual, padrões de sono e uso de medicamentos.

Essa perspectiva opera uma importante alteração nas formas de disciplinamento até aqui tratadas. Ao invés do investimento concentrado na glorificação de um corpo padrão, que sintetizaria a redenção orgânica, como Fernando de Azevedo tentou edificar sobre uma das tantas formas de aparição dos espectros¹² de *Antinoüs*, parte-se para a patologização de determinados estilos de vida: gordo, bêbado, bulímico, drogado, fumante, insone (Lupton 2000). O controle torna-se descentrado e muito mais sutil, pois, com a categorização detalhada dos fatores de má-saúde, os sujeitos estão “livres” para fazerem suas opções de vida; em contrapartida, devem assumir os riscos advindos da adoção de comportamentos desregrados. Agora, cada um é responsável pela sua própria saúde e condição física, todos estão atados à sua própria liberdade de escolha.

Esta liberdade de escolha associa-se estrategicamente à cultura do consumo, pois em um mundo onde a valorização das leis de mercado são as balizas das relações sociais, não há mais espaço para imposições de um projeto de humanidade centralizado e repressor, como pretendiam higienistas e eugenistas. Esse espaço passa a ser disputado em um complexo jogo de persuasões e coerções no interior da tecno-ciência contemporânea, no qual os esforços não estão mais direcionados ao movimento de “depuração” dos sujeitos desregrados, mas sim às estratégias de interpelação que possam capturar a “consciência” desses mesmos sujeitos.

É aí que a educação física contemporânea vai tentar resgatar sua legitimidade perdida, reivindicando um lugar em meio aos pressupostos contemporâneos da promoção da saúde através da atividade física. Termos específicos como aptidão física, gasto energético, massa corporal, estilo de vida ativo estão sendo tomados como objetivos coletivos, vêm sendo agregados às práticas cotidianas e, por fim, incorporados também aos currículos escolares¹³. Ao sujeito cabe não só submeter-se às atividades físicas, como também

¹¹ A identidade cultural é algo cambiante, nunca fixado plenamente e, tampouco, atrelado a alguma essência interior. Conforme Stuart Hall, “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (Hall 1997: 12-3).

¹² Para Jacques Derrida, os espectros são sempre mais de um, olham-nos sem que possamos vê-los com nitidez. Eles desajustam as noções de tempo e espaço, não se encontram presentes (ou ausentes) em lugar algum, mas estão sempre retornando: “O próprio de um espectro, caso isso exista, é que não se sabe se ele testemunha retornando de um vivo passado ou de um vivo futuro, pois a aparição já pode indicar o retorno do espectro de um vivo prometido” (Derrida 1994: 136).

¹³ No Brasil, propostas curriculares nesse sentido se encontram de forma mais explícita no trabalho de Dartagnan Guedes e Joana Guedes (1992), bem como no de Markus Nahas e Charles Corbin (1992).

estar bem preparado para administrar o seu próprio condicionamento físico. A empreitada consiste em encorajar todos a maximizarem seus próprios rendimentos, ampliarem o *capital-saúde* dentro de uma margem mínima de risco – uma economia política do corpo saudável¹⁴.

A promoção de atividades físicas vai estabelecer e reiterar que o condicionamento físico leva inexoravelmente a uma boa saúde, basta aprender a gerenciar uma rotina de vida pautada por hábitos e atitudes saudáveis para que contratemplos sejam evitados. Mas essa inquestionável premissa também sofre seus “ataques”, como se pode perceber no relato de um cardíaco convalescente: “tenho feito dieta regularmente [*sic*] e não bebo muito. Sou muito ativo... Os ataques não deveriam me atingir. Sou tão jovem. Não fumo e sou muito saudável” (Johnson, citado por Lupton 2000: 24).

Não se trata aqui de fazer apologia de uma vida desregrada, mas sim de investigar como, por exemplo, um cardíaco convalescente pode se sentir traído pelos hábitos “saudáveis” que adquiriu? Quais são as premissas que permitem que ele se reconheça como uma pessoa “muito saudável”? Para tanto, antes de emendar qualquer resposta, é preciso problematizar a hipervalorização do conceito fisiológico de saúde/doença, a radicalização da estética com base no modelo da tecno-ciência e a exposição do corpo como uma mercadoria descartável.

Ana Márcia Silva aborda com extrema sensibilidade a forma como o campo biomédico foi tornando saúde e doença conceitos completamente fragmentados e reduzidos ao bom ou mau funcionamento orgânico, a tal ponto que a doença parece ter se tornado uma coisa-em-si, separada do doente, podendo ser localizada de forma precisa em um determinado ponto do corpo, para então ser extraída como se fosse uma entidade com vida própria. Como ela mesma frisa, “há que se considerar que a primeira condição de saúde é a vida ter sentido; as formas de ser saudável podem ser muitas e tão diferentes como os modos de ser humano” (Silva 2001: 36).

Nesse mesmo caminho, é possível dizer que o corpo humano, entendido como uma unidade coerente, paradoxalmente material e transcendente, não existe mais – ou talvez nunca tenha existido! Isso que se apresenta como uma materialidade orgânica é um ponto de passagem, uma produção cultural com roteiros históricos distintos, um resultado sempre provisório de diversos discursos. Está sempre atravessado por um poder regulador que o ajusta em seus menores detalhes, impondo limitações, autorizações e obrigações que vão além de sua condição estritamente biológica ou sanitária.

Como vimos até agora, a biomedicina vem buscando, há muito tempo, a partir de estratégias diferentes, fixar seus sentidos na “dissecação” das entranhas do corpo e na estruturação de uma linguagem congestionada de dualismos. No entanto, a reconfiguração do corpo contemporâneo gera posicionamentos aparentemente desconexos, frente a situações até bem pouco tempo improváveis: órgãos alheios que habitam novos corpos, próteses que recompõem funções orgânicas, musculatura quimicamente desenvolvida, cadáveres plastificados e bebês geneticamente programados acentuam a crise da polaridade do pensamento moderno, tão arraigada à gramática do nosso cotidiano. Talvez seja pertinente “incorporar” outras nomenclaturas: quimeras, híbridos, ciborgues... Espécimes de diferentes dimensões que se contrapõem a qualquer possibilidade de tornar “real”

¹⁴ Conforme as formulações de Michel Foucault (1992).

este que sempre foi pressuposto fundamental de qualquer processo educativo: o sujeito moderno.

Estas questões não se encontram apenas no plano da ficção e nem se referem a uma promessa perdida em algum ponto futuro. Para Donna Haraway (2000), aquilo que ela chama de era do ciborgue, do pós-humano, ocorre aqui e agora. Não se trata simplesmente da quantidade de próteses e microchips que nosso corpo possa ter, mas vai muito além, e envolve a parafernália tecnológica que impulsiona a indústria do *fitness*, constituída a partir da idéia do corpo como uma máquina de alta performance: “A tecnologia não é neutra. Estamos dentro daquilo que fazemos e aquilo que fazemos está dentro de nós. Vivemos em um mundo de conexões – e é importante saber quem é que é feito e desfeito” (Haraway, citada por Kunzru 2000: 36).

Essa sofisticada maquinaria pedagógica, além de ampliar as formas de “educação do físico” para além da arquitetura escolar, impõe sentidos no interior das relações de poder e demarca a normalidade e o desvio nas práticas corporais. Dentro e fora da escola – talvez bem mais fora dela – o corpo vem sendo distintamente vivido e lapidado, inscrito e registrado dentro de diferentes ritmos de produção e de consumo, de prazer e de dor.

Talvez esteja aí um bom ponto de partida para as discussões quanto à legitimidade acadêmica daquilo que atende pelo nome de educação física no Brasil. Investigações que apontem a centralidade do corpo na cultura contemporânea, ou o quanto o corpo é *bio-cultural*¹⁵, através da análise de como a mídia – jornal, revista, televisão, cinema, literatura, propaganda – vem abordando temas como a robótica, genética, esteróides anabolizantes, transgênicos e clonagem, para então tentar entender a rotina da educação física nesse cenário de corpos virtuais, de produção de atletas geneticamente perfeitos e de precisão tecnológica nos resultados esportivos, um quadro paradoxalmente estranho e aparentemente inevitável.

São questões complexas, sem dúvida, pois elas não só desestabilizam o trabalho cotidiano da educação física, como também nossas crenças sobre uma série de pressupostos científicos e filosóficos que vêm sustentando nossa intervenção na sociedade. Além disso, ao mesmo tempo em que alguns grupos vêm suas possibilidades cada vez mais ampliadas em meio a todos esses avanços, há também um enorme contingente de pessoas que provavelmente continuarão tendo acesso apenas às migalhas dessa tecnologia, algo que acaba implicando novas formas de controle e regulação social, mas a partir de velhas hierarquias.

Contudo, há fortes indícios de que as fronteiras natural/artificial, orgânico/inorgânico, saúde/doença, edificadas e sustentadas pelo pensamento moderno, vêm desmoronando e dificilmente poderão ser reerguidas sobre as mesmas bases. Por isso mesmo, talvez seja produtivo pensar a educação física a partir dessas ruínas, mas sem deixar de acertar algumas contas com os espectros de *Antinoüs*.

Referências bibliográficas

Azevedo, Fernando de (1920a): *Da Educação Physica*. São Paulo/Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos.

¹⁵ Conforme Denise Sant’Anna (2001).

- (1920b): *Antinoüs: estudo de cultura athletica*. São Paulo/Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos.
- (1960): *Da Educação Física. O que ela é, o quem tem sido e o que deveria ser. Seguido de Antinoüs: Estudo de cultura atlética, A evolução do esporte no Brasil e outros estudos*. São Paulo: Melhoramentos (3ª ed.)
- Castañeda, Luzia Aurélia (1998): “Apontamentos historiográficos sobre a fundamentação biológica da eugenia”. Em: *Episteme: filosofia e história das ciências em revista*, 3, 5, pp. 23-48.
- Certeau, Michel de (1996): *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Derrida, Jacques (1994): *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Foucault, Michel (1992): *Microfísica do poder*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Fraga, Alex Branco (2000): *Corpo, identidade e bom-mocismo: cotidiano de uma adolescência bem-comportada*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Gérard, Vincent (1992): “Uma história do segredo?”. Em: Prost, Antoine/Gérard, Vincent (eds.): *História da vida privada: da primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 155-390.
- Ghiraldelli, Paulo (1988): *Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira*. São Paulo: Loyola.
- Giuffré, Mercedes (2002): “Antínoo y la misteriosa pasión de un emperador”. Em: <<http://www.almargen.com.ar/sitio/seccion/arte/antinoo>> (Acesso em 1º. de abril).
- Goellner, Silvana Vilodre (1992): *O método francês e a educação física no Brasil: da caserna à escola*. Porto Alegre: UFRGS/PPGCMH (Dissertação de mestrado).
- Góis Júnior, Edivaldo (2000): “Movimento higienista na historiografia da educação física brasileira”. Em: *VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança*. Gramado/Porto Alegre: ESEF/UFRGS [Anais], pp. 337-343.
- Guedes, Dartagnan/Guedes, Joana (1992): “Projeto Atividade física e saúde: uma proposta de promoção da saúde”. Em: *Revista da Associação dos Professores de Educação Física*, 7, 13, pp. 15-22.
- Hall, Stuart (1997): *As identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Haraway, Donna (2000): “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. Em: Silva, Tomaz T. (ed.): *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 37-129.
- Kunzru, Hari (2000): “Você é um ciborgue”: um encontro com Donna Haraway”. Em: Silva, Tomaz T. (ed.): *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 37-129.
- Lupton, Deborah (2000): “Corpos, prazeres e práticas do eu”. Em: *Educação e Realidade*, 25, 2, pp. 15-48.
- Marques, Vera Regina Beltrão (1994): *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas - SP/São Paulo: Unicamp.
- Nahas, Markus V./Corbin, Charles B. (1992): “Aptidão física e saúde nos programas de educação física: desenvolvimentos recentes e tendências internacionais”. Em: *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 6, 2, pp. 47-58.
- Sant’Anna, Denise B. de (2001): “É possível realizar uma história do corpo?”. Em: Soares, Carmen L. (ed.): *Corpo e história*. Campinas - SP: Autores Associados, pp. 3-23.
- Silva, Ana Márcia (2001): *Corpo, ciência e mercado: ou a gestação de um novo arquétipo da felicidade humana*. Campinas - SP/Florianópolis: Autores Associados/EDUFSC.
- Soares, Carmen Lúcia (1998): *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas - SP: Autores Associados.
- (2001): *Educação física: raízes européias e Brasil*. 2ª ed. Campinas - SP: Autores Associados.
- Vigarello, George (1995): “Panóplias corretoras: balizas para uma história”. Em: Sant’Anna, Denise B. de (ed.): *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 21-38.

Villalba, Sara Mesa (2002): “La historia de Antínoo en Fernando Pessoa y en Marguerite Yourcenar: dos grandes de la literatura cara a cara”. Em: <<http://www.cica.es/aliens/gittcus/antinoo>> (Acesso em 1º. de abril).